

“Diálogos para uma Transição Justa no Brasil”

SUMÁRIO EXECUTIVO

Rio de Janeiro
Novembro, 2023



copenhagen
climate centre





Autores

(Em ordem alfabética)

Beatriz Araújo

Guilherme Lima

Raiana Soares

Samara Andrade

Tamar Bakman

William Wills

Agradecimentos

A realização do workshop “Diálogos para uma transição justa no Brasil” e a preparação deste relatório foram possíveis graças ao apoio recebido pela Initiative for Climate Action Transparency (ICAT) através do Projeto ICAT Brasil, que conta também com apoio técnico do UNEP Copenhagen Climate Center (UNEP CCC).

Gostaríamos de agradecer à equipe que deu apoio durante a preparação e realização do workshop pelo Centro Brasil no Clima (Carmynie Xavier, Fernanda Westin, Luan Werneck, Julia Froeder, Renata Moraes e Thalison Correa) e pelo Centro Clima (Bruna Guimarães, Erika Nogueira e Lisandra Gomes).

Também queremos expressar nossos agradecimentos aos representantes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (André Andrade), do Ministério de Minas e Energia (Mariana Espécie) e do Ministério das Relações Exteriores (Daniel Fonseca) pelas sugestões prévias e pelas intervenções durante o evento que contribuíram de maneira relevante para estimular os diálogos.

Por último, agradecemos especialmente a todos os participantes do workshop que participaram durante os grupos de diálogo, compartilhando seus conhecimentos e trazendo contribuições valiosas para enriquecer o debate sobre o tema da transição justa no Brasil. A todos vocês o nosso muito obrigado.



Sumário Executivo

As discussões em torno do que se convencionou chamar “transição justa” têm ganhado cada vez mais relevância na agenda climática tanto em nível internacional quanto no âmbito doméstico. Inicialmente concentrado na questão da perda de postos de trabalho em atividades ligadas aos combustíveis fósseis e, portanto, circunscritas ao setor energético, o tema agora se estende a diversos outros aspectos, como impactos socioambientais de empreendimentos, finanças públicas e governança ambiental, assim como permeia também outros setores da economia, como agropecuária, indústria e resíduos.

O Brasil é um exemplo dessa diversidade de perspectivas que devem ser incorporadas em uma transição justa, o que é resultado tanto do contexto socioeconômico do país (como o elevado nível de desigualdade social), quanto do seu perfil de emissões de GEE (no qual o desmatamento e a agropecuária possuem maior peso em detrimento do setor energético). Os resultados do workshop “Diálogos para uma transição justa no Brasil” corroboram essa percepção e contribuem para expandir esse campo de pesquisa que ainda é incipiente no país.

A importância crescente do tema pode ser confirmada a partir das intervenções dos representantes dos três ministérios presentes no workshop – de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), de Minas e Energia (MME) e das Relações Exteriores (MRE). Um ponto comum na fala dos representantes foi a importância da transição justa para garantir que o combate às mudanças climáticas não intensifique as desigualdades já existentes. Também foi destacada a necessidade de se pensar um modelo de transição adequado ao contexto brasileiro e aos problemas nacionais, visto que as narrativas de países em desenvolvimento podem não atender às necessidades internas. Por fim, os representantes mencionaram iniciativas em curso nos ministérios que estão alinhadas e dão abertura para que o tema da transição justa seja incorporado à agenda do governo federal.

Passando para a contribuição dos participantes do workshop (55 pessoas no total), a primeira percepção obtida através de uma nuvem de palavras (Figura 1 a seguir) é de que há uma certa descrença de que possa haver uma transição justa, como se observa pelo destaque de palavras como “utopia” e “mentira”. Em segundo lugar, nota-se a presença dos termos “igualdade”, “equidade”, “direito e igualdade” e “desigualdade”, corroborando a colocação dos representantes dos ministérios de que a transição justa



participação e governança. Com relação à pergunta sobre como os setores são impactados, o maior número de contribuições veio da sociedade civil. Já na pergunta sobre políticas e planos que devem ser monitorados as respostas foram agrupadas em: i) descarbonização; ii) acesso/exclusão energética; iii) segurança; iv) participação; e v) direitos aos povos tradicionais.

Na segunda rodada de diálogo, também focada em energia, mas com os representantes de diferentes setores misturados nos grupos, foram feitas perguntas sobre as pautas prioritárias, os principais desafios e os princípios para uma transição energética justa. Com relação às pautas prioritárias, os participantes apontaram diversas pautas que podem ser agrupadas nos seguintes temas: i) acesso e/ou exclusão energética; ii) energias renováveis; iii) educação; iv) participação e governança; v) impactos da transição energética; vi) autonomia nacional; vii) alternativas para a promoção da transição energética justa; e viii) interseção das pautas energéticas com outros setores. Dentre estes, o que mais recebeu contribuições foi o de acesso/exclusão à energia, destacando uma questão muito levantada de que não se pode apenas promover as fontes renováveis sem garantir o acesso universal à população.

As contribuições quanto aos desafios para a transição foram organizadas em sete temas: i) acesso e/ou exclusão energética; ii) equidade; iii) economia; iv) segurança energética; v) corporativismo; vi) participação e governança; e vii) oferta de empregos. Novamente houve grande ênfase ao tema do acesso/exclusão energética (muitas vezes houve uma mistura entre pautas prioritárias e desafios), mas também um grande destaque para o tema de participação e governança. Outro tema bastante levantado foi o de economia, que incluiu questões como necessidade de financiamento, preço das fontes renováveis, produção para exportação, programas sociais afetados, entre outros.

Por fim, os princípios fundamentais para a transição justa apontados pelos participantes incluem uma vasta gama de temas, que vão desde o acesso universal à energia limpa até a soberania nacional, passando por questões de descentralização da geração, distribuição de benefícios, equidade de gênero, participação popular e transferência de tecnologia.

A terceira rodada de diálogo mudou o foco da discussão para os outros setores da economia: agricultura; florestas; indústria; planejamento urbano; resíduos; e outros. Novamente foram feitas perguntas sobre os aspectos relevantes, os desafios, e sobre



quais políticas e planos devem ser monitorados. De modo geral, pode-se notar que há de fato particularidades de cada setor que devem ser levadas em consideração na transição para uma economia de baixo carbono. Na agricultura, por exemplo, foi destacada a necessidade de diferenciar pequenos e grandes produtores e respeitar culturas tradicionais. No setor de florestas houve menção à valorização da floresta em pé e respeito às comunidades tradicionais. Participantes do grupo sobre indústria trouxeram reflexões sobre empregos decentes, necessidade de investimentos e competitividade. No grupo de diálogo sobre planejamento urbano houve grande destaque para aspectos relacionados ao transporte, incluindo as tarifas para a população. No setor de resíduos foram abordados aspectos relacionados ao aproveitamento energético, logística reversa e economia circular. Por fim, no grupo que tratava de outros setores foram mencionados como setores que não podem ser deixados de fora o de infraestrutura, saneamento, mineração, entre outros.

Algumas conclusões principais podem ser extraídas a partir dos resultados do workshop. Em primeiro lugar, nota-se que há de fato um interesse crescente no tema da transição justa no Brasil, indicando a necessidade de se aprofundarem as discussões e promover um planejamento por parte do governo. Em segundo lugar, pode-se perceber que as discussões promovidas nos grupos de diálogo estão alinhadas com o posicionamento do governo federal, o que é positivo considerando que é esse planejamento demanda um grande trabalho de articulação entre as diversas partes interessadas.

Por outro lado, foi possível observar que o tema ainda precisa ser desenvolvido no país, promovendo uma maior compreensão sobre o que é a transição justa. Em diversos momentos as discussões desviaram para questões, como, por exemplo, o que deve ser feito para uma transição energética (que ações devem ser tomadas), mas não como ela deve ser feita para que seja justa. Nos grupos de diálogo sobre outros setores (agricultura, indústria etc.) o mesmo foi observado, além de em muitos momentos o foco ainda ter sido energia.

Portanto, o workshop contribuiu para diferentes avanços na temática de transição justa no Brasil, desde a percepção de um posicionamento alinhado entre os diferentes ministérios, até a identificação da necessidade de se aumentar a compreensão da sociedade sobre o tema, passando pela identificação de diversos aspectos e desafios relevantes e particulares do contexto brasileiro.

